

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

FLORESTAN FERNANDES, ANALISTA DAS INSTITUIÇÕES
POLÍTICAS NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1980-1990): TENSÕES
PRODUTIVAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Thais Florencio de Aguiar, Alexander Couto Englander, Ronaldo Tadeu de Souza

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13306>

Submetido em: 2025-09-10

Postado em: 2025-09-12 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

**FLORESTAN FERNANDES, ANALISTA DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA
REDEMOCRATIZAÇÃO (1980-1990): TENSÕES PRODUTIVAS NAS CIÊNCIAS
SOCIAIS BRASILEIRAS**

THAIS FLORENCIO DE AGUIAR

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7951-7920>

thais.aguiar@gmail.com

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ALEXANDER COUTO ENGLANDER

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6844-8811>

alexcoueng@gmail.com

IESP-UERJ e URCA. Rio de Janeiro, RJ; Crato, CE, Brasil

RONALDO TADEU DE SOUZA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5602-7064>

ronaldolais@yahoo.com.br

Cedec-Centro de Estudos em Cultura Contemporânea. São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: Este artigo desenvolve três propostas: 1^a) problematiza a concepção de ciência política que se tornou predominante nas ciências sociais brasileiras a partir dos anos 1980 com a influência determinante na constituição da disciplina de Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos; 2^a) a partir daí, pondera os limites do modelo de democracia que esses autores propunham no contexto de debates no contexto do fim da ditadura militar; 3^a) e argumenta que, nesse mesmo momento, emergia um outro tipo de ciência política, aquela empreendida por Florestan Fernandes nas intervenções que realizou ao analisar a transição, a constituinte e as instituições democráticas que se formavam no período. Esta pesquisa usa como método de análise ferramentas da sociologia e da história dos intelectuais, recorrendo, em certa medida, à teoria do campo científico de Bourdieu. Concluímos que Fernandes elabora um estilo de estudo da política que nomeamos de *ciência política sociologicamente orientada-perturbada*, por compreender os regimes políticos para além de suas manifestações institucionais, investigando como sociedade e política se constituem mutuamente.

Palavras-chave: ciência política, transição, democracia, autocracia, Florestan Fernandes.

FLORESTAN FERNANDES, ANALYST OF POLITICAL INSTITUTIONS IN REDEMOCRATIZATION (1980-1990): PRODUCTIVE TENSIONS IN BRAZILIAN SOCIAL SCIENCES

ABSTRACT: This article develops three propositions: (1) it problematizes the conception of political science that became predominant in Brazilian social sciences from the 1980s onward, shaped decisively in the discipline's formation by Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis, and Wanderley Guilherme dos Santos; (2) it considers the limits of the model of democracy advanced by these authors in the context of debates at the end of the military dictatorship; (3) and it argues that, at this very moment, another type of political science was emerging—namely, that undertaken by Florestan Fernandes in his interventions analyzing the transition, the constituent assembly, and the democratic institutions taking shape in that period. This research employs, as its analytical method, tools from sociology and the history of intellectuals, drawing to some extent on Bourdieu's theory of the scientific field. We conclude that Fernandes elaborates a style of studying politics that we designate as *sociologically oriented–disrupted political science*, insofar as it understands political regimes beyond their institutional manifestations, investigating how society and politics are mutually constituted.

Keyword: political science, transition, democracy, autocracy, Florestan Fernandes.

INTRODUÇÃO

Não estaríamos cometendo nenhum equívoco se afirmássemos que as ciências sociais brasileiras possuem quatro fases constitutivas. Se considerarmos, de maneira articulada, o *Prefácio* (1967) de Antonio Candido ao livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio de Holanda, e o artigo *Livros que inventaram o Brasil*, de Fernando Henrique Cardoso, nossos estudos sobre sociedade, a que vivemos em particular, iniciaram com os ensaios de interpretação da década de 1930, com Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. (cf. Candido, 1967; Cardoso, 1993). Na década de 1950 na USP, a construção de uma sociologia profissional passa a organizar os termos do debate, Florestan Fernandes (a sociologia paulista) exigia que sociólogos se formassem ancorados em fortes princípios teórico-metodológicos com vistas ao entendimento da realidade que os cercava, e no Rio de Janeiro, o ISEB, propunha uma ciências sociais que promovesse o desenvolvimento nacional. No final dos anos 1970 e inícios do 1980, com a nacionalização da pós-graduação, as ciências sociais atravessariam momento decisivo. Dois fatos delineiam esse período: a criação em 1976 da Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e a

consolidação e profissionalização da ciência política como área específica de estudo. A última fase, a estamos presenciando neste exato instante, pois com a entrada, nas universidades públicas, de alunos e alunas negros (pretos e pardos) e indígenas decorrente de luta histórica por ações afirmativas provocou uma “revolução” histórica nos modos de se fazer ciências sociais – circulação de bibliografia antes ausente, debates sobre pressupostos teóricos, contestação de epistemologias e desafio aos cânones da sociologia, da ciência política e da antropologia são aspectos que podem ser considerados inaugurando novo quadro de referência.

Dentre as fases que elencamos, a terceira tem um aspecto bastante relevante na organização das ciências sociais contemporâneas no Brasil. Nessa etapa ocorre dupla ruptura – descontinuidade se se preferir. Não só se busca demarcar diferenciações com os ensaios de interpretação dos anos 1930; a sociologia, sobretudo a paulista, também passava por processos de impugnação. Aqui a ciência política, seus construtores, formuladores e divulgadores (Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos) têm um papel fundamental. É ela, e seus proponentes na ocasião, que vão pleitear diante daquela, o lugar de promoção da verdadeira ciência. A principal figura que acabava sendo enfrentada enquanto representante da sociologia paulista era: Florestan Fernandes e a obra que construiu ao longo de quatro décadas. Assim, nos propomos neste trabalho a analisar as controvérsias que se estabeleceram em torno do problema do sentido de engendrar uma ciência política. Em foco, estão os escritos de Florestan Fernandes, precisamente, dos anos 1979 a 1986. Argumentamos que nesses artigos, discursos e intervenções do mestre da Maria Antonia e publicista marxista-revolucionário se erigiu “uma ciência política sociologicamente orientada”.

Elaboramos dessa maneira nossa exposição: na seção que se segue, apresentamos, primeiro, em linhas gerais a formação do campo da ciência política nos anos 1980; o interesse será na sua trajetória geral e de suas mais importantes figuras naquela conjuntura. Na segunda seção, de importância neste ponto é compreender como Florestan Fernandes acadêmico, declaradamente, marxista e escritor revolucionário analisa o processo de transição para a democracia nos escritos do período entre 1979 e 1986 (*Brasil em compasso de espera, Que tipo de república?*, *A Constituição Inacabada* e *Florestan Fernandes na Constituinte*). Na terceira seção, argumentamos mais detidamente o papel de Florestan no desenvolvimento de uma “ciência política sociologicamente orientada” e “perturbada” que configura tensões produtivas no campo disciplinar.

Em termos metodológicos, trata-se de realizar a articulação entre os textos de Florestan, de seus intérpretes e interlocutores do período de 1979-1986 sobre a redemocratização, situando

essa trama interpretativa no contexto histórico e político mais amplo das disputas nas ciências sociais brasileiras. Nesse ponto específico, recorre-se, em certa medida, à teoria do campo científico de Pierre Bourdieu, para investigar o momento de transição entre prestígio acadêmico e capital político, momento esse em que Florestan incorpora elementos de sua interpretação marxista da política ao seu perfil de publicista radical. Também realiza-se a análise do produto simbólico das controvérsias entre intelectuais em nossas ciências sociais acerca do entendimento das direções da redemocratização, ou seja, o modo como as ideias se convertem reflexivamente em forças sociais nesse contexto.

1. CAMPOS EM DISPUTA: DA SOCIOLOGIA À CIÊNCIA POLÍTICA

Em artigo, Célia Galvão Quirino narra de maneira breve a história do departamento de ciência política da USP e podemos aprender que os estudos de política em São Paulo compunham o currículo disciplinar da cadeira de sociologia. Nessa, a política, ou a Ciência Política, não era ensinada como ciência. Epistemologicamente com enfoque na Sociologia Política, predominava, nas lições em sala de aula, o problema da natureza do Estado e da relação do Estado com a sociedade (Quirino, 1994, p. 337). Em geral a responsabilidade do curso estava sob a estrutura pedagógica da Sociologia Geral e Sociologia Especial; a Paul Arbousse-Bastide era confiada a coordenação e chefia delas. Por determinação do governo federal – Decreto Federal nº 12511 de julho de 1941 – os cursos de ciências sociais necessitaram passar por ajustes organizacionais (burocráticos e administrativos). Tais mudanças, “não transformar[am] o conteúdo [das disciplinas] já existentes, [porém] consolidaram certa autonomia do ensino da Política ao estabelecer a Cadeira de Política” (Quirino, 1994, p. 340). Em 1954, Lourival Gomes Machado, um dos primeiros pesquisadores brasileiros a se dedicar ao pensamento de Jean-Jacques Rousseau, foi conduzido para a Cadeira de Política – sendo levado para ela por Arbousse-Bastide. Após defender tese de doutorado e porque esse vai para o Rio de Janeiro trabalhar na embaixada francesa, Lourival Gomes Machado assume a Cátedra. Pode-se dizer que ele foi o primeiro acadêmico nativo a ser professor de ciência política. Cerca de uma década depois, dois eventos marcam não só a história interna do Departamento de Ciência Política da USP como da ciência política no Brasil. O primeiro foi a ida de Gomes Machado, em 1963, para a Unesco; o segundo foi o Golpe Militar-Civil-Empresarial de 1964. Completa este quadro, a morte de Lourival Gomes Machado no ano de 1967 e o AI-5 que cassou e aposentou diversos professores na Universidade de São Paulo, entre os quais estavam Paula Beiguelman e Fernando Henrique Cardoso, ambos da Cadeira de Política.

Essa pequena história do ensino de política na USP contada por Célia Galvão Quirino bem poderia ser suficiente para apresentar o capítulo sobre a gênese da ciência política entre nós. Contudo, quase em concomitância com a própria evolução do *Departamento de ciência política da USP* (título do artigo de Galvão Quirino), se constituem elementos que, eventualmente, informam variações na formação da ciência política brasileira. Três personagens são determinantes aqui: Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos. A compreensão acerca do início de nossos departamentos de política (nas ciências sociais) não pode ser empreendida sem que tratemos, mesmo que brevemente, a posição acadêmica dessas três importantes personalidades. (E, já nesse momento de elaboração do argumento deste artigo, interessa asseverar que o projeto de construção da ciência política por eles erigido como disciplina, como campo de estudos autônomo da política, tinha no horizonte, a intenção de confrontar a sociologia e suas modalidades de explicação e entendimento da política, sobretudo a sociologia paulista de Florestan Fernandes; na ocasião lida como detentora de prestígio e consagração nas ciências humanas brasileiras.)

É consenso entre pesquisadores e pesquisadoras (Forjaz, 1997; Keinert e Silva, 2010; Leite, 2010; Lemos, 2014; Rodrigues, 2020) que a Ciência Política brasileira emergiu, a rigor, em dois Estados, nenhum deles sendo São Paulo. Com efeito, “como disciplina acadêmica [...] [ela se originou] nos grupos geracionais [...] mineiro e carioca” (Forjaz, 1997, p. 1). Os *locus* institucionais de germinação foram o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj). Nesses dois centros de ensino superior e de pesquisa formaram-se Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier e Wanderley Guilherme dos Santos¹. Os três impulsionadores dessa ciência política de novos métodos tinham a característica comum de terem estudado o doutorado nos Estados Unidos – o Estado-nação onde foi construída e a partir do qual foi difundida a Ciência Política tal como a conhecemos hoje. De modo que, na biografia institucional-acadêmica dessas lideranças iniciais da investigação científica da política no percurso podemos verificar que Fábio Wanderley Reis defende tese na Universidade de Harvard, em 1974; Wanderley Guilherme dos Santos realiza o doutoramento na Universidade de Stanford, em 1975 e Bolívar Lamounier recebe treinamento doutoral na Universidade da Califórnia, Los Angeles, em 1974.

Com o objetivo de delinear precisamente o que a Ciência Política estuda – e deve estudar – a elaboração dos precursores convergem para a defesa bem pensada de que o produto da

¹ Outros nomes da disciplina também pertenceram às duas instituições: Simon Schwartzman, Amaury de Souza, Edmundo Campos Coelho, Olavo Brasil de Lima Junior, Renato Boschi e José Murilo de Carvalho (Forjaz, 1997).

disciplina tinha de enfatizar a autonomia da política; nos termos de Baptista Leite (2010, p. 155), o enfoque politicista considera sobremaneira “a política institucional”. Em contraposição ao societalismo – que desconsidera e é “exterior a política institucional como fator analítico” – a Ciência Política é motivada, para Reis, Santos e Lamounier, por um regime de investigação que observa a organização das instituições políticas e como os agentes, racionais (ou não), ali atuam e interagem. Portanto, ao não submeter a política à “realidade social, [...] econômica e cultural” (Forjaz, 1997) – o que esse grupo de mineiros e cariocas (no DCP-UFMG e no IUPERJ) estavam fazendo era instituir a política como matéria independente de investigação em relação a outras esferas.

Acima afirmamos que um dos eventos a evidenciar os aspectos distintivos da história da Ciência Política brasileira havia sido o Golpe de 1964. Por que? Após o Golpe, o país atravessaria um longo período de transição para a democracia. Nesse processo, o tipo de Ciência Política de Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos teve um papel decisivo. Embora esses intelectuais não formassem um grupo com ideias e agendas de pesquisa coesas entre si, compartilhavam um horizonte semelhante para a disciplina que objetivavam erigir. Essa não deveria se restringir apenas ao âmbito das disputas por reputação e legitimidade nas ciências sociais – seu *ethos* formativo entendia ser da sua “responsabilidade” informar a sociedade brasileira quais os arranjos procedimentais que garantiriam a passagem estável para a democracia e os modelos institucionais para que ela melhor operasse diante dos desafios no pós-ditadura. De modo que, a autonomia da política, por oposição ao societalismo da Escola Paulista de Sociologia e ao marxismo, tinha de preconizar na construção de nossa democracia os aspectos, fundamentais e primordialmente, institucionais. Reproduzindo os padrões de investigação e atuação da Ciência Política estadunidense (Feres, 2000), Lamounier, Reis e Santos forjaram configurações explicativas que estavam articuladas com a reforma e desenho institucional da política: com efeito, “a obsessão pelos mecanismos formais da [ordenação] democrática explica-se em função [do projeto de edificar]” (Keinert e Silva, 2010, p. 93) no Brasil um modelo organizativo estável. Segundo Lidiane Soares Rodrigues, o que a Ciência Política dos anos 1980 ambicionava promover, em especial as três figuras líderes do campo aqui considerados, repousava, precisamente, na interação entre política e prática científica (Rodrigues, 2021, p. 161). Bem entendidas as coisas: não se tratava de inserir a disciplina no jogo cotidiano dos partidos, ou mesmo em efervescentes instâncias da sociedade civil, mas de trabalhar, direta ou indiretamente, onde conviesse, para que a Ciência Política orientada por estudos metodológicos sofisticados – estatística, survey eleitoral, entrevistas (Rodrigues, 2021, p. 154) –

ofertasse modalidades consistentes, equilibradas, no processo de democratização (Keinert e Silva, 2010, p. 93).

A assimetria na abordagem sobre questões de ordem sociomaterial ficava evidente na criação de nossa Ciência Política, de modo que classes sociais, violência, concentração de capital, reforma agrária, racismo e paradigma econômico eram elementos secundários ou marginais nas pesquisas e nos horizontes de Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos.

A sociologia de Florestan Fernandes e o marxismo, desse modo, tinham de ser questionados como recursos explicativos tanto da transição para a democracia, como do próprio sentido que essa teria no interior do quadro de referência histórico-social brasileiro ao qual estava sendo construída. Os estudos especializados em sociologia intelectual, da cultura e dos campos científicos que abordam o contexto em análise são consensuais sobre isso. Considerado estéril por sua fácil sedução e demasiadamente ambicioso por seus componentes programáticos, o marxismo era visto como obstáculo para a formação técnica em pesquisa, algo em que os círculos acadêmicos politólogos dos Estados Unidos tinham se tornado uma verdadeira máquina (Cf. Rodrigues, 2021, p. 152). Mesmo Forjaz, mais próxima do projeto de fazer emergir entre nós uma “verdadeira” Ciência Política, admite no artigo já referido – *A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais* – que a “rejeição ao marxismo como paradigma teórico, [à] militância política dos anos 60 [e à sociologia paulista]” (1997) consubstanciavam o horizonte de inserção nas ciências sociais de Lamounier, Reis e Santos. Com isso, consequentemente, o principal representante no período, sobretudo da sociologia paulista e do marxismo, Florestan Fernandes², tinha que ser questionado. Não se tratava de um confronto direto, de uma arena em que acadêmicos e intelectuais digladiam abertamente, nem mesmo debates francos na imprensa; mas sim de objeção criteriosamente refletida ao programa institucional universitário do mestre da Maria Antonia – julgado por muitos o “ponto de partida para o desenvolvimento efetivo das ciências sociais no Brasil” (Keinert e Silva, 2010, p. 81). Com efeito, a sociologia teórico-marxista do autor de *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* era, fortemente,

² Neste aspecto importa ponderar que Florestan Fernandes foi assim lido e, “estrategicamente”, interpretado pelos construtores da ciência política na ocasião que estamos tratando; contudo, ele não representava sozinho o marxismo nas nossas ciências sociais, tanto porque já nesse momento, meados dos anos 1980, o sociólogo já tinha se afastado das suas atividades acadêmicas e passado a publicista radical-revolucionário, intelectual engajado, como porque no período o marxismo era expressado na produção de outros grupos universitários e intelectuais: lembremos, aqui, apenas do *Seminário Marx sobre o O Capital* na USP (Cf. Arantes, 1994; Giannotti, et al., 2017), e das intervenções de um teórico político e social gramsciano tão importante como Carlos Nelson Coutinho - e seu controvertido *A democracia como valor universal* publicado em 1979 na *Revista Civilização Brasileira* e transformado em livro que leva o mesmo nome do ensaio nos anos 1980 (Cf. Coutinho, 1979).

questionado por nomes fortes dos grupos mineiro e carioca. Em termos epistemológicos e das premissas constitutivas da Ciência Política (de matriz estadunidense, “americanizada”) aqui instaurada pelo trio – e outros mais – o núcleo do empreendimento das ciências sociais florestaniana orientava-se não apenas para implantar “uma sociologia rigorosamente científica” (Leite, 2010, p. 170): Florestan e o grupo de sociólogos que reúne estavam “profundamente preocupad[os] com os problemas socioeconômicos do país” (Leite, 2010, p. 170).

Assim, de um lado, podemos afirmar que a batalha travada por Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos na defesa de uma Ciência Política baseada em severos métodos científicos aprendidos nos departamentos de ciência política estadunidense pautou a construção da ciência política nacional tal como pensada por eles e suas instituições, DCP-MG e IUPERJ. Por outro lado, podemos considerar que o tipo de transição do regime ditatorial para a democracia (a transição pactuada) e a própria democracia conforme deveria ser prescrita, isto é, uma democracia de padrões exclusivamente formalista, schumpeteriana e huntingtoniana (Cf. Vitulo, 2001 e Tricarico, 2023), foram vitoriosos tanto no meio acadêmico quanto no processo político nacional. A Ciência Política se consagrou como uma das principais disciplinas não só das nossas ciências sociais – com forte peso nas faculdades, institutos, departamentos e nas associações e encontros de área – como também das humanidades; e a democracia que vivemos ainda hoje é formalmente a que propugnavam Lamounier, Reis e Santos.

Entretanto, havia uma narrativa a contrapelo sendo escrita na história brasileira, se não no âmbito disciplinar de nossa Ciência Política, ao menos nos estudos críticos sobre a política na conjuntura que estamos averiguando. Aqui, irrompe, o que estamos nomeando de ciência política sociologicamente orientada e perturbada de Florestan Fernandes. Ela nos possibilita outra linguagem na compreensão dos limites e das potencialidades da transição e da democracia instituída em 1985 e nos oferece uma alternativa ao paradigma predominante da ciência política institucionalmente orientada, compartilhado por Lamounier, Reis e Santos. Como Miguel e Ballestrin (2025) sugerem, no momento histórico contemporâneo, constituído por múltiplos desarranjos, a crise da democracia tem provocado uma crise teórica e disciplinar no interior da própria ciência política, que tem se mostrado incapaz de compreender a complexidade do fenômeno, evidenciando a limitação de seus modelos teóricos de democracia e da sua capacidade preditiva (inspirada nas ciências exatas). Nesse contexto, a investigação das análises de Florestan Fernandes sobre a redemocratização pode ser compreendida, também, como um exercício de reflexividade disciplinar, na busca de uma gramática que abarque a incorporação das

desigualdades e injustiças sociais como elementos fundamentais para a compreensão dos limites e da instabilidade das democracias realmente existentes. Vejamos.

2. FLORESTAN, ANALISTA DA REDEMOCRATIZAÇÃO: O COMBATE À AUTOCRACIA BURGUESA E O CONTEÚDO SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

No final dos anos 1970 e na década de 1980, Florestan Fernandes fez um percurso institucional quase simetricamente oposto aos caminhos que foram trilhados pelos precursores da institucionalização da ciência política no Brasil. Enquanto Lamounier, Reis e Santos se dedicaram a construir instituições profissionais de pesquisa no âmbito da pós-graduação, angariando recursos públicos e privados, Fernandes adotou uma postura de desobediência civil intelectual, construindo de forma independente reflexões sociológicas e análises políticas e, a partir de 1986, como político autodenominado socialista revolucionário, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Essa marcante discrepância de trajetórias teria consequências para o estilo de ciência social produzida por esses autores, bem como para a delimitação da relação entre teoria e prática. Podemos sintetizar essa questão recorrendo aos termos do próprio Fernandes: enquanto os primeiros ficaram restritos à atuação institucional e à mudança dentro da ordem, o fundador da escola sociológica paulista considerava que a revolução democrática dentro da ordem só poderia desenvolver as suas potencialidades absorvendo as energias radicais de forças sociais que tinham como horizonte a revolução socialista contra a ordem capitalista.

Dessa forma, Lamounier, Reis e Santos atuaram de forma eficiente na construção disciplinar da ciência política no Brasil e no debate intelectual voltado para a consolidação da transição democrática pactuada; por sua vez, Florestan Fernandes produziu uma ciência social voltada para a superação do capitalismo dependente, apostando nas potencialidades da prática política independente das classes trabalhadoras e das massas destituídas, aproximando-se delas e, por fim, buscando representá-las politicamente na Assembléia Nacional Constituinte e na Câmara dos Deputados. Portanto, esses estilos de produção de conhecimento diversos entre si recorreram a gramáticas científicas diferentes e se dirigiram para públicos e objetivos igualmente distintos. Veremos agora, especificamente e em linhas gerais, como Fernandes analisou a política brasileira no contexto da redemocratização.

Em seu basilar estudo sobre Florestan Fernandes, Rodrigues (2010) delimitou o dilema da *intelligentsia* da esquerda no contexto da redemocratização, “a centralidade de sua atuação institucional a condena a ver inócuos os seus empreendimentos, e, por outro lado, a sociedade

também não oferece sustentáculos suficientemente fortes nos quais ela possa se ancorar” (p. 147-148). Fernandes era um intelectual consciente desse dilema e ao buscar ser um radical conseqüente tentou identificar as forças sociais emergentes que pudessem desafiar a ditadura militar em crise e colaborar para avigorá-las. A ascensão do novo sindicalismo e do protesto proletário e das massas destituídas nas cidades e no meio rural, a partir do final da década de 1970, foi a principal dessas forças. A desobediência civil popular precisava contar com o apoio da *intelligentsia* de esquerda, que, naquele contexto, deveria atuar no sentido de construir e consolidar um forte e plural movimento socialista no Brasil. Dessa forma, a rebeldia plebeia estimulava a independência e a desobediência civil entre os próprios intelectuais e, novamente, Florestan Fernandes estava atento a essa dinâmica. Não é mera coincidência que suas intervenções públicas e textos que tratam dessa questão tenham sido escritos entre 1978 e 1979, anos em que explodiram as greves operárias no ABCD paulista e a greve dos canavieiros em Pernambuco.

Em julho de 1979, Fernandes desenvolveu uma reflexão sobre a relação entre intelectuais e os setores populares então em ascensão no cenário político nacional. Na 31ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal do Ceará, ele apresentou a intervenção “Tarefas dos intelectuais na revolução democrática”, no debate “Brasil: Anos 70 - os Intelectuais e a Repressão”, organizado por José Albertino Rodrigues. Em acordo com os objetivos desta investigação, será destacada aqui a análise de Fernandes sobre o papel da colaboração dos intelectuais para o fortalecimento das instituições sociopolíticas representativas dos “de baixo”, no processo de abertura democrática. O autor retoma e atualiza as teses presentes em *A revolução burguesa no Brasil* (2005) sobre o caráter autocrático de nossa revolução burguesa, que era incapaz de consolidar uma democracia de participação ampliada no país e promover a revolução nacional e democrática. Em decorrência desta constatação, para Fernandes os propósitos dos intelectuais de esquerda não deveriam ser os de um retorno à democracia, pois a ordem política existente até a instauração da ditadura empresarial-militar era a da dominação da minoria por meio de um Estado burguês de democracia restrita. No final da década de 1970 esse passado já estava morto, pois a ditadura militar só havia interrompido a revolução democrática no nível político. Ironicamente o crescimento econômico acelerado no período do “milagre econômico” desenvolveu a sociedade de classes e acentuou as suas contradições. Os céleres e intensos processos de urbanização, industrialização e proletarianização criaram uma classe trabalhadora *em si* em via de se tornar uma classe *para si*, pois naquele momento “o proletariado e o movimento sindical de vanguarda” desempenhavam “uma função política construtiva (muitos diriam: uma função política hegemônica)” (Fernandes, 2011, p. 85).

Portanto, tratava-se de instaurar a democracia, de retomar uma revolução democrática interrompida, dessa vez, em um patamar mais elevado: sem as ilusões depositadas na “burguesia nacional”, como tragicamente acontecera nos anos 1960 e com uma classe trabalhadora fortalecida. Então, mais precisamente qual processo interrompido deveria ser retomado? Tratava do projeto político popular derrotado na República de 1946 (1946-1964), que tinha o intuito de construir “certas condições institucionais para a absorção de uma massa crescente da população nos papéis políticos do cidadão, o que exigia a transformação do Estado e o aparecimento transitório de [uma] democracia de participação ampliada” (Fernandes, 2011, p. 83, grifo nosso). Em 1979 essas questões ainda precisavam ser enfrentadas, pois as classes populares, embora politicamente ascendentes, sofriam com uma “uma terrível carência institucional” (Fernandes, 2011, p. 86). E papel dos intelectuais deveria ser o de aproveitar o recuo da ditadura e a conquista de uma liberdade relativa arrancada pela pressão radical de baixo para cima para criar uma colaboração orgânica com as classes trabalhadoras, com objetivo de superar as suas carências institucionais por meio da criação de “organizações sindicais sólidas, fortes e eficientes” e da construção de “partidos operários de conteúdo socialista, sem os quais o conflito não sai do nível capitalista da reforma da ordem etc.” (Fernandes, 2011, p. 87).

Fernandes sugeriu a seus pares da SBPC algo pelo qual ele mesmo passava: o desvencilhamento das instituições científicas especializadas e a conquista de novos papéis na sociedade. Essa articulação orgânica entre setores populares e intelectuais poderia impedir que aqueles que bloqueavam a revolução democrática se apresentassem como os campeões da “abertura democrática”, pois se a pressão popular reorientava os rumos políticos, o Estado continuava controlado pelo monopólio burguês conservador. Munidos de instituições sindicais e partidárias fortes, as classes trabalhadoras e as massas destituídas poderiam aprender o conflito de modo institucional - como já faziam as classes burguesas - para alterarem a correlação de forças na sociedade e no Estado. Em outro texto dessa época, “A atualidade de Lenin”, de 1978, essa questão é elaborada em sentido mais clássico, mobilizando o papel da vanguarda em uma “ação de cima para baixo”, que criasse as condições da passagem “da luta defensiva para a luta ofensiva do proletariado” (Fernandes, 2011, p. 143). Podemos inferir que este era o horizonte almejado com o fortalecimento das instituições representativas das classes trabalhadoras. Desse modo, Fernandes não acredita que a democracia é um valor universal; ao pensar a vida política a partir de processos sociais em disputa, acredita que os intelectuais e políticos que “interrompem a luta no plano da ‘colaboração de classes’” servem dissimuladamente à contrarrevolução, “em nome de uma ‘transição democrático-burguesa’ que apenas favorece a reciclagem, o reagrupamento e o fortalecimento, a médio prazo, das forças contrarrevolucionárias internas e

externas” (Fernandes, 2011, p. 143). Em síntese, a democracia restrita é considerada parte da contrarrevolução burguesa e, por outro lado, a democracia de participação ampliada tem um conteúdo social popular e proletário.

Essa questão é melhor elaborada em outro texto de 1978, “Movimento socialista e partidos políticos”, publicizado originalmente como uma conferência, em uma homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, no I Ciclo de Debates sobre Partidos Políticos e a Democratização. Nessa ocasião, Fernandes avaliou que a autocracia burguesa continuaria existindo enquanto fosse possível que a contrarrevolução se reciclasse e que a existência dessa autocracia acabava com as “ilusões de que poderia haver dentro das sociedades capitalistas espaço político para que os setores da burguesia realizem revoluções dentro da ordem” (Fernandes, 2021, p. 50). E foi além, ao sugerir que o radicalismo burguês não existia mais, nem nos países capitalistas hegemônicos: nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. Naquele momento existia um deslocamento de eixo do campo político em direção à direita: a social-democracia passava a ocupar o espaço deixado vazio pelo radicalismo burguês e o socialismo revolucionário tendia a se mover em direção ao socialismo gradualista e reformista abandonado pela social-democracia. Esse processo era consequência do endurecimento do cerco ao “inimigo interno” (sobretudo sindicatos e partidos socialistas) nos países capitalistas, assim, mesmo nos Estados democráticos as democracias “não são mais liberais, elas são ‘democracias fortes’” que exercem funções repressivas de alta envergadura, de “natureza antissocial, antiliberal e totalitária” (Fernandes, 2021, p. 34). Essas funções repressivas do Estado capitalista “entram em contradição com constituições democráticas e liberais” (Fernandes, 2021, p. 35). No Brasil, a contrarrevolução poderia ser reciclada através da adoção paliativa da nova forma da democracia restrita, a democracia forte associada ao imperialismo, “que no nosso caso assumiu a ideia das salvaguardas do Estado” (Fernandes, 2021, p. 48). Dessa forma, na perspectiva florestaniana, a transição democrático-burguesa pactuada configurava-se como uma continuidade da contrarrevolução, solapando a potencialidade emancipadora dos ideais democráticos.

Em oposição ao retorno da democracia restrita, Fernandes propõe o fortalecimento do movimento socialista e dos partidos socialistas como uma realização de caráter fundamental para a consecução da revolução democrática. O movimento socialista pode ser compreendido como uma força sociopolítica ampla, definida como a confluência de todas as forças - reformistas e revolucionárias - que se voltam contra a ordem burguesa existente; e os partidos socialistas são a forma de organização institucional das forças que compõem o movimento socialista mais amplo. A inexistência no Brasil de um movimento socialista vigoroso impedia a criação de partidos socialistas fortes, capazes de organizar e potencializar demandas por reforma ou por revolução.

Portanto, movimento e partido interagem reciprocamente, quando um ganha força o outro também se fortalece, quando um perde força o outro também sai enfraquecido. Na base dessa relação está o poder das classes trabalhadoras. Quando esse poder é dinâmico e articulado, o partido ganha protagonismo, contudo, em situações como a do Brasil daquele momento, “onde o suporte material e a base política das potencialidades da negação da ordem das classes trabalhadoras são incipientes, amorfas ou fracas, o movimento vem a ser prioritário” (Fernandes, 2021, p. 29). O sucesso do movimento socialista dependia da vigência de posturas solidárias e antissectárias entre os diferentes agrupamentos de esquerda e da adoção de uma tática política comum, em meio às possíveis diferenças programáticas e ideológicas: a definição conjunta do inimigo como o inimigo de classe. Somente após um período de unificação dos socialistas por meio do estabelecimento dos alvos comuns de reformistas e revolucionários seria possível aumentar a presença e a influência das massas populares sobre o movimento; e, por fim, ter espaço para os partidos atuarem de modo construtivo, apresentando alternativas políticas e ideológicas que entram em conflito entre si. Portanto, o fortalecimento do movimento socialista aproxima intelectuais e militantes das classes trabalhadoras e constitui os “nervos do processo” de “uma revolução democrática controlada a partir de baixo e a partir de dentro” (Fernandes, 2021, p. 91).

Em outro texto, de 1978, “Instituições políticas: a formação e o exercício do poder”, podemos avançar na compreensão do estilo sociológico com que Fernandes analisa as instituições políticas. O autor começa com a forte afirmação que em toda a periferia do mundo capitalista moderno as instituições políticas democráticas tinham a mesma função, a de consolidar a dominação oligárquica apegada à privilégios particularistas, e, por isso, a realidade estrutural e histórica produzida pelo capitalismo não ficava muito longe do “mundo colonial” ou “pós-colonial”. Assim, no Brasil, até o final da década de 1970, as instituições democráticas existentes (inclusive o sistema bipartidário da ditadura militar) operaram como “um fator de bloqueio à mobilização e à participação das massas populares na sociedade política” (Fernandes, 2011, p. 236). Contudo, a década de 1980 se apresentava como o início de uma nova era, na qual o acúmulo de mudanças quantitativas levariam às transformações qualitativas. A industrialização acelerada aumentava a capacidade “de propagação e de comunicação de divergências elementares mas fundamentais”, por parte de operários e dos pobres e destituídos, que “levam a crise tanto para a sociedade civil quanto para a sociedade política” (Fernandes, 2011, p. 236). Dessa forma, a constituição de uma classe em si em vias de se tornar um classe para si impelia que, “com toda probabilidade”, “as instituições políticas deixarão de ser monopolizadas por minorias privilegiadas” e ocorreria “o começo da consolidação da democracia de participação ampliada”

(Fernandes, 2011, p. 239). Apesar de considerar a grande importância das mudanças estruturais, Fernandes também estava atento ao papel criativo das utopias socialistas (em sentido mannheimiano), que constituiriam um fator fundamental para que a relação com a história dos setores pobres e marginalizados fosse alterada e ocorresse “não mais em termos de servidão, mas em nome da libertação” (Fernandes, 2011, p. 239). Essa relação dialética entre as realidades material e simbólica também está presente no modo como Fernandes analisa as instituições políticas. Em chave marxista, o autor afirma que “As instituições não criam o poder. Elas apenas o organizam de certa maneira, que é determinada pelo sistema de produção econômica e pela formação social correspondente” (Fernandes, 2011, p. 238). A inclusão da formação social na sentença é de fundamental importância, pois desse modo as instituições não são reduzidas a mero reflexo da infraestrutura econômica, pelo contrário, elas são constitutivas das disputas de poder e dos conflitos ideológicos que ocorrem na formação social na qual essas instituições também são *parte ativa*.

Essa perspectiva, de uma ciência política sociologicamente orientada, guiará a análise de Florestan Fernandes sobre o processo de democratização na década de 1980, momento em o autor refletiu e atuou sobre o presente *in flux*, mobilizando e atualizando as teses que elaborou na década de 1970. Assim, podemos compreender a grande importância que Fernandes concedeu a instauração de uma Assembleia Nacional Constituinte, ainda que ele não considerasse a nova Constituição um fim em si, descolado dos agentes sociais e políticos da revolução democrática.

3. FLORESTAN E A “CIÊNCIA POLÍTICA SOCIOLOGICAMENTE ORIENTADA”

O período compreendido entre o fim dos anos 1970 e meados dos anos de 1990 demarca as intensas contribuições de Florestan para o entendimento crítico do processo de redemocratização do país e das instituições políticas em formação. É o momento “cientista político” orientado pela sociologia³ por que atravessa Florestan Fernandes. Toda essa densa obra - que foi parcialmente mobilizada acima (1979-1986) -, se estende em uma articulação das publicações científicas aos textos de intervenção política e análises conjunturais, dando corpo ao legado de Florestan à construção da disciplina de Ciência Política nacional, sendo antes de tudo necessário destacar o perfil multifacetado de Florestan cuja trajetória percorre as fronteiras das Ciências Sociais (da Antropologia, à Sociologia e à Ciência Política).

Nesse sentido, Mazucato (2014) identifica, na trajetória de Florestan, um deslocamento temático através dos campos das Ciências Sociais constituída, *grasso modo*, em fases: primeiro, o

³ Esta é, também, uma época em que Florestan se declara abertamente marxista e que está bastante abalizado pelas análises políticas de Lênin. São dele as apresentações de *O estado e a revolução* e *O que fazer?* de Lênin, publicados, respectivamente, em 1978 e 1979 pela editora Hucitec.

momento da antropologia nos anos de 1940-50⁴; segundo, o momento da sociologia, nos anos de 1950-70⁵; e terceiro, o momento da ciência política, nos início dos anos 1960 até meados de 1970. Nesta fase, aponta o autor, emerge então a reflexão sobre temas próprios ao “vocabulário duro” da Ciência Política ou seus “temas fortes” como Estado, ideologia e utopia, burguesia, dominação, imperialismo, autoritarismo, totalitarismo, autocracia e democracia. Mazucato ressalta ainda um segundo deslocamento, o do perfil cientificista nos anos 1950 até “um programa de pesquisa à esquerda” (nos termos que Mazucato toma emprestado de Gildo Marçal Brandão), nos anos de 1970.

Em trabalho mais recente, Sereza (2022) situa Florestan como construtor da Ciência Política brasileira, no bojo da análise de “o Florestan político e, a seu modo, cientista político” (2022, p. 146). Enfatiza assim o cruzamento entre seu fazer ciência política e o seu fazer como político, num movimento que vincula o rigor científico (o acadêmico, ainda que crítico da universidade) ao jogo político (a função de criação de partido, o mandato de deputado etc), diagnosticando que Florestan ferramentaliza a ciência política para melhor intervenção na política. Para Sereza, Florestan vive “a política como ciência, sem jamais deixar de ver a ciência como uma forma de ver e fazer a política” - desse modo se perfila o político cientista político (2022, p. 163), numa alusão invertida à fórmula weberiana da política como vocação.

Este artigo traz algumas contribuições para o argumento que situa o legado de Florestan para a ciência política, a partir de delineamentos em torno de uma “ciência política sociologicamente orientada”. Primeiro, cumpre ajustar a periodização proposta por Mazucato: como mostra a seção acima, a produção de análise política de Florestan ultrapassa os anos 1970, se estendendo aos 1990, acompanhando a tarefa da redemocratização brasileira e sua atuação como político. Como assinala Lidiane Soares Rodrigues (2018) e rememora Sereza (2022), a Coleção Grandes Cientistas Sociais, empreendimento editorial coordenado por Fernandes entre 1978 e 1990, possui 14 títulos dedicados à política que demarcam os contornos da sua ciência política a contrapelo da ciência política que se institucionalizava na academia brasileira, com formação hegemonicamente norte-americana e ainda em tempos de Guerra Fria. Assim, figuram, por exemplo, obras de líderes revolucionários e políticos: Lenin, Engels, Che Guevara, Trotsky, Joaquim Nabuco, Mariátegui, Isaac Deutscher, Stalin, Mao Tse-Tung, Sarmiento, Bolívar, Ho Chi Minh, Proudhon e Fidel Castro. Essa seção, que se chamava Política (e não ciência política) -

⁴ Marcadamente com os livros *A organização social dos Tupinambás*, de 1949, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, de 1952 e *A etnologia e a sociologia no Brasil*, de 1958.

⁵ Destacam-se as obras que se tornaram referência para a sociologia brasileira, a exemplo de *Branco e negro em São Paulo*, 1959, *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, 1960, *Elementos de sociologia teórica*, 1970 e *O negro no mundo dos brancos*, de 1972.

aqui a ciência como política e a política como ciência se entrecruzam novamente - diz respeito a outra fórmula invertida: a política como militância, aplicada aos desafios de seu tempo, se converte em ciência política militante.

Para além das obras analisadas na seção anterior, devemos destacar como materiais da ciência política florestiana escritos como *Apontamentos para uma teoria do autoritarismo* (livro com anotações do curso ministrado na PUC-SP em 1977); apresentação à obra *Que fazer* (a que já fizemos referência na nota 4), de Lênin; *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana* (1979); *O que é revolução?* (1981); *A ditadura em questão* (1982) e outros elencados acima. Esse conjunto de obras dá conta da inscrição do autor no campo ferramental marxista e socialista que está sendo naqueles tempos desqualificado ou rechaçado frente aos esforços da delimitação do campo científico específico. Vale destacar outra vez que a circunscrição de um “circuito-perito” (Bourdieu *apud* Mazucato, 2014) da ciência política brasileira ocorre sob os efeitos do enquadramento da Guerra Fria - com todas as consequências que isso teve sobre a reflexão de transição transada da ditadura à redemocratização - e, por consequência, tende a repelir a linguagem, o método e as ferramentas então mobilizadas por Fernandes. O ocaso dessa linguagem ocorre no contexto de uma onda de desmarxificação do conhecimento acadêmico, bem como da política no pós-queda do Muro de Berlim.

Desse modo, a “ciência política institucionalmente orientada” não absorve, portanto, as linguagens políticas mobilizadas por Florestan que, só com dificuldade, pode ser considerado socialmente legitimado para falar em nome dessa “especialidade”, ainda que Florestan dispusesse de um capital como cientista rigoroso (cientificismo teórico e metodológico) preocupado com consolidação e legitimação das Ciências Sociais no seu arco de disciplinas.

Para compreender o que chamamos de “ciência política sociologicamente orientada”, cabe enfatizar o modo florestiano de fazer ciência política desde uma trajetória de sociólogo. Para além da presença de Marx, a influência e mobilização de Karl Mannheim sobressai na obra de Florestan (e de outros acadêmicos da época). Na obra *Elementos de Sociologia Teórica*, de 1970, Florestan escreve o capítulo “A Concepção de Ciência Política de K. Mannheim”, perfazendo a ciência política a partir do terreno da sociologia, o que denota os traços de uma “ciência política *sociologicamente* orientada”. Essa expressão se justifica essencialmente porque os estudos políticos de Florestan estão orientados/atravessados pelo estudo do social ou da sociedade e suas relações, ou seja, sua análise institucional da democracia (e Florestan analisa partidos, Estado, constituição, processo constituinte etc) está ancorada no corpo social, na base social, inclusive, no grau mais baixo na escala social. Daí a recorrência na sua escrita de termos como classes trabalhadoras,

gentinha, lumpen, los de abajo, deserdados da terra etc que interpelam/perturbam às análises institucionais - e na análise de Florestan, devem mesmo perturbar - , a partir do que podemos chamá-lo também de uma “ciência política sociologicamente perturbada”.

Como salienta Forjaz (1997), o movimento de consolidação da disciplina passa por forjar uma tradição de estudos políticos, circunscrevendo novos métodos e linguagens. Busca-se assim autonomizar as instituições políticas da dinâmica societária (Quirino, 1994). De certo modo, pensar o desafio da redemocratização por esses meios, assentando-a determinadamente em uma engenharia institucional pode insinuar-se mais “libertador” do que a ancoragem em um social mercado pelas mazelas sociais que vigiam no país. Com efeito, como considera Quirino, a escola da ciência política pluralizou o campo das ciências sociais, ao mesmo tempo que “eclipsou os matizes” (a pluralidade?) do seu próprio campo. Com a desqualificação das ferramentas marxistas - consideradas “diletantismo”, falta de metodologia? - a agenda de pesquisa foi delimitada, assim como os “princípios de apreciação/depreciação” da área (Rodrigues, 2020, p. 148).

Ainda que seja materialmente evidente o escanteamento de linguagens como argumentam Forjaz, Quirino e Rodrigues, entendemos que foi gerada uma tensão produtiva entre as diferentes abordagens e os distintos modos de pensar a democracia brasileira, contribuindo para a diversificação das linguagens do campo disciplinar da Ciência Política. De um lado, a reflexão de Florestan, denominada “ciência política sociologicamente orientada ou perturbada”; de outro, os estudos daqueles mais bem identificados como politólogos como B. Lamounier, F. W. Reis e W. Guilherme dos Santos, representantes da “ciência política institucionalmente orientada” - tenha ela se construído como hegemônica/canônica ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos caracterizar, a partir de pesquisas já publicadas e consagradas, a constituição da ciência política enquanto campo de pensamento e disciplina das ciências sociais. Essa incursão revelou como a identidade da ciência política e do conhecimento sobre a política foi traçada a partir da absorção de impulsos norte-americanos (financiamento de pesquisas, formação de acadêmicos) caracterizados pelo rechaço da linguagem marxista em um contexto de Guerra Fria e a desmarxificação do conhecimento e da política no pós-queda do Muro de Berlim, o que teve conseqüências nos modos de pensar o processo de redemocratização brasileira.

A partir desse quadro, recortamos os argumentos que caracterizam mais fortemente a reflexão florestiana acerca da democratização, ressaltando aquilo que anima e justifica o

ferramental marxista do autor. No bojo dessa investigação, os resultados parciais em torno da constituição do campo de ciência política dizem respeito à tensão produtiva entre as diferenças de como pensar a democracia brasileira. De um lado, a reflexão política de Florestan, que estamos chamando de “ciência política sociologicamente orientada”. De outro, a disputa pela hegemonia da disciplina de Ciência Política, em particular por B. Lamounier, F. W. Reis e W. G. dos Santos, estabelece fronteiras acadêmicas, atribuindo superioridade a seus métodos e explicações sobre as instituições político-democráticas - o que chamamos de “ciência política institucionalmente orientada”.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999 [1967].

CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, nº 37, 1993, pp. 21-35.

COUTINHO Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Revista Encontros com Civilização Brasileira*, nº 9, 1979.

ENGLANDER, Alexander Couto; SOUZA, Ronaldo Tadeu de; AGUIAR, Thais Florencio de. A dialética da demofobia em Florestan Fernandes: entre democracia forte e autocracia burguesa. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 89, p. e10724, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/232286>. Acesso em: 1 jul. 2025.

FERNANDES, Florestan. *Que tipo de república?*. São Paulo: Globo, 2007.

_____. *Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. *Movimento socialista e partidos políticos*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

FERES Jr., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos ensinar. *Revista de Sociologia e Política*, nº 15, 2000, pp. 97-111.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/BGjHfDXyhnQtLpZRNDrR55P/?lang=pt>. Acesso em 1 jul. 2025.

GIANNOTTI, José Arthur, MORAES, João Quartim, SADER, Emir, SCHWARZ, Roberto. *Nós que amávamos tanto O capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

KEINERT, Fábio Cardoso e SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social*, v. 22, nº 1, 2010, pp. 79-98.

LEITE, Fernando Baptista. Posições e divisões na ciência política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. *Revista Sociologia e Política*, v. 18, nº 37, 2010, pp. 149-182.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. *Tempos Históricos*, volume 18, 2º Semestre de 2014, pp. 559-590.

MAZUCATO, Thiago Pereira da Silva. Florestan Fernandes e a consolidação das ciências sociais no Brasil - da Antropologia e Sociologia à Ciência Política. *Revista Florestan*. UFSCAR, 1, no.1, 2014, pp. 3-11.

MIGUEL, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana. Interpretando a crise e repensando a democracia. In: MIGUEL, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana (Orgs.). *Democracias em crise, teorias em transe*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2025.

QUIRINO, Célia. Departamento de Ciência Política. *Estudos Avançados*, 8 (22) 1994.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Brazilian political scientists and the cold war: Soviet hearts, North-American minds (1966-1988). *Science in Context*, Volume 33, Issue 2: Power, Politics, and the Development of Political Science in the Americas, June 2021, pp. 145-169.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *Florestan Fernandes: interlúdio (1969-1983)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Florestan Fernandes, a ciência como política, a política como ciência*. In: TOTTI, Marcelo Augusto (org.). 100 anos de Florestan Fernandes: legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022, pp. 145-164.

VITULO, Gabriel. Transitologia, Consolidologia e Democracia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista Sociologia e Política*, nº 17, 2001, pp. 53-60.

TRICARICO, Nicole. Uma revisão teórica da trajetória do conceito de transição democrática na ciência política. *Revista Conjuntura Global*, v. 12, nº 2, 2023, pp. 113-134.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Thais Florencio de Aguiar: Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Visualização, Redação do rascunho final, Redação - revisão e edição. **Alexander Couto Englander:** Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Visualização, Redação do rascunho final, Redação - revisão e edição. **Ronaldo Tadeu de Souza:** Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Visualização, Redação do rascunho final, Redação - revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: Os autores declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIA DOS AUTORES:

Thais Florencio de Aguiar é docente do IFCS/UFRJ. Coordena o Grupo de Pesquisas Democracia e Teoria (GPDET), co-coordena GT Acyse no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e integra o Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas (GENA-Amazônia).

Alexander Couto Englander é doutor em sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador no Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (Nupet/IESP-UERJ), no Grupo de Pesquisa Democracia e Teoria (GPDET/UFRJ) e no Núcleo de Estudos Regionais (NERE/URCA).

Ronaldo Tadeu de Souza é docente do IFCS/UFRJ. Pesquisador no Cedec-Centro de Estudos em Cultura Contemporânea e no Grupo de Pesquisas Democracia e Teoria (GPDET) e membro do comitê editorial do Dicionário Marxista das Américas.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.